COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE
Assembleia Intermunicipal
Acta nº 6/ 2009 Reunião de 16.07.09

ACTA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA OESTECIM – COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE, REALIZADA NO DIA DEZASSEIS DE JULHO DE DOIS MIL E NOVE

----- Aos dezasseis dias do mês de Julho do ano dois mil e nove, pelas vinte e uma horas, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Oeste, para uma sessão extraordinária, na sede da Comunidade Intermunicipal, sito na Avenida General Pedro Cardoso, n.º 9, em Caldas da Rainha, com a seguinte Ordem de Trabalhos:----------
-----**Ponto 1** – Informações;----------
-----**Ponto 2** – Aprovação do Mapa de Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Oeste;----------
-----**Ponto 3** – Aprovação do Organigrama da Comunidade Intermunicipal do Oeste;----------
-----**Ponto 4** – Aprovação do Regulamento Orgânico da Comunidade Intermunicipal do Oeste;------
-----**Ponto 5** – Discussão e votação da proposta "Criação do Conselho Intermunicipal de Juventude do Oeste".----------
-----**Ponto 6** – Outros Assuntos de Interesse Regional.----------
-----Presidiu aos trabalhos a Mesa composta pelo Sr. José Luís Lalanda Ribeiro (Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal), o Sr. João José Dias Ferreira (Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal) e o Sr. Júlio Manuel Lourenço Rodrigues (Secretário da Mesa da Assembleia Intermunicipal)----------
-----Estiveram presentes os membros da Assembleia Intermunicipal, que se passa a indicar: Pedro Mateus Guerra, Raúl José Afonso Duarte, Hélder Matias Martins da Fonte, César José Lourenço Santos, Carlos Manuel Gomes Areal, Nuno Gonçalo Cruz Inácio, Casimiro Francisco Ramos, Lúcia Maria Silva Poseiro, Luís Francisco Campos Silva, Eugénia Maria Piteira Leal, Cândido Manuel Patuleia Mendes, Pedro Gaspar Rodrigues, Diogo José Brochado Abreu, Alexandra Isabel Lourenço da Silva Sécio em substituição de Vítor Manuel Feliciano Pintéus, Carlos Gustavo Fernandes Patuleia, Nélson Cordeiro Rosa, Jorge Manuel dos Santos Sobral, Alberto Manuel de Oliveira Reis Pereira, Maria Margarida Nave Nunes Maldonado Freitas, Paulo Ribeiro em substituição de Luís Miguel da Rosa Goulão Freire, António Alberto Carvalho Santos, Carlos Jorge Segadães de Almeida Marques, Artur Mário Ribeiro e Rosário e Silva, Sérgio Cláudio Fontes, Walter Manuel Cavaleiro Chicharro, Aníbal Mota Freire, Mário José Codinha Leal Sousinha, José Carlos Ribeiro Capinha, José Luís Rocha de Oliveira, Eduardo João do Rosário Silva, Albino Agostinho de Sousa, Anabela Blanc Capinha Corado, José António Bombas Amador, Américo Araújo Gonçalves, Tiago Jorge Carvalho Gonçalves, José António Leitão da Silva, Eduardo Miguel

da Silva Galamba, António José Carvalho Caroço, Hugo Miguel Fernandes Martins, Alberto Manuel Avelino, Marco Henriques Claudino, José Augusto Clemente de Carvalho, Sérgio Paulo Ribeiro Jacinto, Laura Maria Jesus Rodrigues e José Augusto Nozes Pires. ----------

-----Tiveram falta justificada os membros: Fernando Augusto Marques Rodrigues, Pedro Afonso Ferreira Monteiro, Vítor David Rodrigues Ronca (membro substituto), António José Paulino Félix (membro substituto), Gonçalo Nuno Ferreira Maleitas Corrêa (membro substituto), Luís Filipe Faria Barros Mendes, Luís Manuel Gonçalves Rodrigues, Luís Miguel Gonçalves Narciso, José Victor Ribeiro da Silva, Vítor Manuel Feliciano Pintéus, Luís Miguel da Rosa Goulão Freire, Frederico Caneco Martins, Rogério Manuel Dias Cação . ----------

-----Tiveram falta injustificada os membros: Basílio José Santos Martins, Victor Manuel Ferreira da Costa (membro substituto).----------

-----Estiveram ainda presentes o Sr. Presidente do Conselho Executivo, Carlos Manuel da Cruz Lourenço, o Sr. Vice-Presidente do Conselho Executivo, António Lopes Bogalho, o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Alcobaça, José Gonçalves Sapinho, o Sr. Presidente da Câmara Municipal do Cadaval, Arístides Lourenço Sécio, e o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, Carlos Soares Miguel. ----------

-----**APRESENTAÇÃO DA ACTA ANTERIOR**----------

-----O **Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** informou que a Acta n.º 5 de 30 de Junho, distribuída a todos membros, se encontrava na Mesa para apreciação. Neste sentido, o Sr. Presidente da Mesa colocou a acta à discussão para comunicação de eventuais alterações.-----

-----A **Sra. Lúcia Poseiro** enumerou algumas das rectificações, a nível ortográfico, nas seguintes páginas: F.L.54, F.L.56, F.L.57, F.L.60, F.L.63 e F.L.66.----------

-----O **Sr. Walter Chicharro**, apresentou cópia da justificação da falta enviada por email, deixando a sua falta de ser injustificada.----------

-----O **Sr. Marco Henriques Claudino**, colocou uma questão relativa ao teor das Actas, referindo que as intervenções escritas têm uma transcrição integral enquanto que as orais têm uma transcrição parcial. Neste sentido, solicitou que as Actas se mantenham igualmente fiéis no que diz respeito, às intervenções escritas e orais. Referiu ainda, que seria benéfico que quando existam propostas, estas sejam parte integrante das Actas.----------

-----Posta à votação, a Acta foi aprovada, com dez abstenções e trinta e um votos favoráveis---------

-----**ENVIO DE DOCUMENTOS**----------

-----O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** passou a ler a correspondência recebida pela Mesa, tendo os documentos sido rubricados e os quais irão ficar arquivados em pasta

própria, anexa ao livro de Actas.----------

-----Para além das justificações de faltas supra mencionadas a Mesa recepcionou ainda os seguintes documentos:----------

-----**Documento 1**: ----------

-----Email do Deputado Eduardo Galamba, datado de 15 de Julho de 2009, pedindo informações sobre os valores referentes à participação dos membros nas reuniões da Assembleia Intermunicipal da OesteCIM (senhas de presença, ajudas de custo e deslocações), e à forma como será feito o processamento do pagamento.----------

-----**Documento 2**: ----------

-----Ofício da Assembleia Municipal do Cadaval, datado de 13 de Julho de 2009, a dar conhecimento de uma deliberação tomada na sua reunião ordinária de 26 de Junho de 2009 sobre o processo de consulta pública da avaliação de impacte ambiental do centro de tratamento de resíduos do Oeste.----------

-----**Documento 3**:----------

-----Email do Deputado Tiago Gonçalves, datado de 1 de Julho de 2009, no qual envia a proposta que consta da Ordem de Trabalhos.----------

-----**ORDEM DO DIA**----------

-----**PONTO 1 – INFORMAÇÕES**----------

-----O **Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** questionou o Sr. Presidente do Conselho Executivo se teria alguma informação a dar, tendo o mesmo respondido negativamente.---

-----**PONTO 2 – APROVAÇÃO DO MAPA DE PESSOAL DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE**----------

-----O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** sugeriu que se fizesse a discussão contínua dos pontos 2, 3 e 4 e que só no final de todos se procedesse, de forma separada, à sua votação, visto serem pontos interligados.----------

-----Não havendo objecções à sugestão colocada, começou por se discutir o Mapa de Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Oeste.----------

-----O **Sr. Presidente do Conselho Executivo** referiu que iria apresentar sucintamente o ponto 2 e 3, porque estão interligados. Em relação ao Mapa de Pessoal informou que este terá lugar para 31 funcionários, sendo que neste momento a OesteCIM conta com cerca de 20, o que não quer dizer que serão de imediato colocados mais 11 funcionários, trata-se apenas uma previsão dado o crescimento da instituição e da criação da Agência de Energia. No momento, será necessário a colocação de um Telefonista e de mais dois Assistentes Administrativos. Os funcionários existentes

foram encaixados, de acordo com as suas habilitações e valorização profissional no novo Mapa. Relativamente ao Organigrama, foi feita a criação de um Gabinete de Apoio, que agrupou serviços dispersos, como é o caso do Gabinete Jurídico e da Área de Cooperação e Promoção Regional. Este Gabinete dará assessoria aos Órgãos de Gestão, Conselho Executivo e Assembleia Intermunicipal, visto que o número dos seus membros aumentou consideravelmente. Os restantes serviços da OesteCIM foram também agrupados em duas divisões, para haver chefias intermédias. Foram, também criadas novas unidades orgânicas com o intuito de melhor responder às competências atribuídas às Comunidades Intermunicipais, nomeadamente a gestão de programas comunitários, à competitividade e inovação, à requalificação ambiental e ao ordenamento do território----------

-----O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** colocou à discussão os três pontos, Mapa de Pessoal, Organigrama e Regulamento Orgânico da Comunidade Intermunicipal do Oeste.

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** solicita, no respeitante ao Mapa de Pessoal, que se procure concretizar um pouco mais, para além da introdução feita. Assumidamente, e nos termos da Lei, este Mapa está estruturado por áreas de atribuição, competência, actividades, depois os respectivos efectivos e suas categorias ou carreiras e, finalmente as áreas de formação académica e profissional. Embora tenha sido dito que o que está em vista, de imediato, é apenas a contratação de dois funcionários, Telefonista e Assistente Administrativo, seria necessário ter uma visão, relativamente às áreas de competência ou de actividade que a OesteCIM desenvolveu em contraponto com as áreas que estão plasmadas no Mapa, para se ter uma noção mais clara do grau da coincidência, consonância e dissonância. Nem todas as áreas que estão agora desenvolvidas, tendo em conta o novo enquadramento legal das Comunidades Intermunicipais, tinham o correspondente desenvolvimento na Associação de Municípios do Oeste. Assim, solicitou que fossem esclarecidos alguns detalhes, nomeadamente o que transitou da AMO para a nova OesteCIM, referindo também as suas inovações e a afectação de pessoal nas referidas áreas do novo Mapa.----------

-----O **Sr. César Santos** mencionou que o Organigrama reflecte o funcionamento actual da Comunidade, tal como o fluxo de trabalho que se pretende e que está a ser desenvolvido, e também a sua actuação e competências. No que diz respeito, à Divisão Administrativa e Modernização colocou duas questões. Primeiro, em relação aos Recursos Humanos e Formação e Qualificação Profissional, questionou se não haverá uma interligação ou sobreposição de competências nas duas áreas. Segundo, em relação ao Departamento de Informática, Telecomunicações e Tecnologias de Informação e o Departamento de Modernização Autárquica, questionou o porquê da existência, no correspondente Mapa de Pessoal, de um Técnico de Informática de Gestão, colocado na Modernização Autárquica, quando existe um Departamento independente de Informática.----------

-----O **Sr. Aníbal Freire** referiu não encontrar inconvenientes na aprovação dos três pontos em discussão mas quis deixar um alerta relativo à convocação da Assembleia. Referiu que os pontos 2, 3 e 4, constavam da última Assembleia mas não forma discutidos porque o grupo intermunicipal do PS não se dispôs a deliberar, facto com o qual concordou, pelo motivo dos documentos terem sido enviados via email no próprio dia da reunião. Disse não saber quais os custos que tem para a OesteCIM a realização das Assembleias Intermunicipais e que os documentos de apoio, foram enviados em cima da hora e em dois envelopes pelo correio. Recomendou que para um melhor funcionamento, os documentos a convocar as Assembleias fossem entregues nas Câmaras, que os entregariam em mão aos seus Deputados, tornando todo o processo mais rápido e económico.-------
-----O **Sr. Raul Duarte** corrigiu o Deputado Aníbal Freire dizendo que não foi o grupo parlamentar do PS que retirou os pontos, mas o Sr. Presidente do Conselho Executivo, que fez questão de retirar os pontos dado terem sido entregues documentos em cima da hora. Em relação aos pontos em discussão, mencionou que o líder parlamentar do grupo Socialista está com uma preocupação óbvia e evidente, é natural estamos próximos de campanhas eleitorais e por isso pede tantas explicações. O Deputado, não questiona os documentos, achou que estão correctos, foram aprovados pela Comissão Executiva e que os membros da Assembleia têm apenas uma apreciação deliberativa.-----
-----O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** esclareceu o Deputado Aníbal Freire, quanto à questão da distribuição dos documentos, dizendo que o Regimento prevê que a referida documentação seja enviada por correio e sob registo ou por correio electrónico.----------
-----O **Sr. Presidente do Conselho Executivo** referiu que fizeram um novo Organigrama por achar que o outro não estava bem e que as competências que a Associação de Municípios tinha, em princípio, são as mesmas da Comunidade Intermunicipal. De qualquer modo, aquilo que se prevê e segundo aquilo que é conhecido por todos nós, cada vez existem mais competências, que de alguma forma são exigíveis também por nós, são uma aspiração, daí a nova perspectiva do Organigrama. Pretende-se agilizar, de uma outra forma, a maneira de trabalhar. As novas realidades orgânicas estão espelhadas no documento, sendo as únicas novas, o Planeamento, Gestão de Redes e Gestão de Projectos. A ideia de separar a Formação dos Recursos Humanos tem a ver com o alargamento do âmbito da Formação, neste momento é só para funcionários públicos autárquicos e pretendemos alargar. Quanto à parte da Informática, é uma área interna e a Modernização é essencialmente o promotor do Oeste Digital, sendo áreas muito vastas estão por isso separadas. O que foi feito foi, adaptar os funcionários existentes nas secções e divisões que já tínhamos. O número de funcionários a criar são dois, não queremos criar muito mais até termos tudo consolidado. Cada vez que forem criadas aberturas de concursos, estas terão que ser submetidas à Assembleia

Intermunicipal.----------

-----O **Sr. Jorge Sobral** admitiu que existam pessoas que não precisam da discussão para decidir, admite que tenham outros canais de divulgação, certamente privilegiados, mas a esmagadora maioria não tem, será por isso que têm disponibilidade para passar de imediato à votação. O Deputado e o seu grupo não têm esse privilégio pelo que gostam de discutir as questões com alguma seriedade. Percebe-se que há uma transformação da Associação nesta nova Comunidade e que naturalmente os profissionais transitam de uma instituição para outra e o Quadro de Pessoal reflecte o enquadramento dessas mesmas pessoas. Referiu que a Associação tem cerca de 20 trabalhadores, mas o Quadro aponta para 31, há já um projecto que a Comissão Executiva está a perspectivar. Mencionou a importância dos Deputados terem noção do alcance dessas diferenças, qual a perspectiva de trabalho futuro, que levou a Comissão Executiva a propor não só a passagem natural dos trabalhadores, mas o futuro. Não contestam, mas gostavam de saber para onde a Comissão Executiva está a lançar a sua acção. Querem participar até porque a Assembleia é responsável pela votação de situações como esta. Rematou dizendo que existem intervenções que podem contribuir para a discussão, pela seriedade com que são postas, enquanto outras, pela pobreza que mostram não contribuem para o esclarecimento e para o desenvolvimento da actividade da Assembleia----------

-----O **Sr. José Augusto Carvalho** referiu que a sua intervenção não foi compreendida e que as suas atitudes não são de intromissão em competências alheias. A sua atitude é determinada pelo desempenho das suas competências ao serviço do interesse do Oeste no qual todos se integram. O Deputado disse desconhecer a expressão: "apreciação deliberativa", a Assembleia tem competência deliberativa e em consciência deverão anteceder a deliberação de um adequado esclarecimento, para sabermos o que estamos a votar, com que alcance, com que objectivos. Respeitante ao Mapa de Pessoal, sugeriu ao Sr. Presidente do Conselho Executivo que não os remetam para a comparação dos Organigramas, que não são suficientemente esclarecedores, acrescendo que muitos não integraram os Órgãos que antecederam à Comunidade Intermunicipal, nesse sentido gostariam que fosse apresentada uma visão estratégica, o Mapa de Pessoal deve ter adjacente uma visão estratégica da Comunidade Intermunicipal. No elenco das atribuições, competências e actividades, devem estar subjacentes prioridades, objectivos, uma visão norteada, tendo em vista o alcançar de determinadas metas seguramente diferenciadas das Associações antecessoras. Concorda com a preocupação da integração de pessoal que já prestava serviço à Associação de Municípios do Oeste, na Comunidade Intermunicipal, porém solicita uma explicação, ao abrigo da competência deliberativa, relativamente às áreas de formação académica-profissional. Para algumas actividades

estão indicados efectivos, mas não as áreas de formação e nas áreas em que estão identificadas as áreas de formação existem alguns casos que causam perplexidade. Para a preparação e coordenação de projectos de cooperação técnica-financeira com a Administração Central, isto é, para os chamados contratos-programa, tal como para as candidaturas de comparticipação comunitária, hoje do QREN e, do passado QCA, a área académica do Técnico afecto é de Línguas e Literaturas Modernas. Relativamente à área de formação académica exigida à Ciência Política, com especialização em Política Externa ou Internacional, com relevância interna é um detalhe que o Deputado gostaria de ver justificado. Rematou relembrando que gostariam de poder votar, em sã consciência estes documentos, que são duradouros, instrumentos estruturantes que devem consubstanciar uma visão estratégica da actividade da nossa Comunidade Intermunicipal.----------

-----O **Sr. Casimiro Ramos** questionou quais as vagas que não estão preenchidas dos 11 lugares que foram criados a mais no Mapa de Pessoal, para perceber o alcance daquilo que pode ser a progressão do Quadro. ----------

----- O **Sr. Presidente do Conselho Executivo** respondeu ao Deputado Jorge Sobral na questão em que este falou em privilégio de canais, dizendo que apenas existem 12 canais, os que compõem o Conselho Executivo. O trabalho apresentado é da responsabilidade dos 12 Presidentes de Câmara e foi aprovado por unanimidade. Temos aprovado o Plano Territorial do Oeste, realizado pelo Prof. Augusto Mateus e é com base nessa estratégia que foi planificado o Organigrama e o aumento ou não de mais pessoal. Até 2017 as compensações da Ota são um dossier que requer algum acompanhamento, também as novas candidaturas operacionais com o QREN vieram complicar algumas situações requerendo mais trabalho. Com a crescente exigência de trabalho é cada vez mais necessário o trabalho de equipa e sobretudo as Câmaras pequenas não tem condições humanas e financeiras para em determinados assuntos terem técnicos afectos. Assim, em termos de Associação poderemos ter alguns técnicos que possam dar cobertura aos Municípios que a solicitem, nomeadamente, e como exemplo, na área da Segurança e Higiene no Trabalho, na educação, na parte rodoviária, uma série de áreas necessárias que deixamos em aberto. Em relação à inexistência de algumas áreas de formação no Mapa, o Sr. Presidente revelou serem propositadas, para serem preenchidas conforme as futuras necessidades. Relativamente às áreas de formação académica especificadas, elas são as áreas de formação de cada um dos técnicos e foram, integralmente, transcritas. A Técnica de Línguas e Literaturas Modernas está, efectivamente com as candidaturas e encontra-se adaptada à muitos anos a esta área e é reconhecidamente uma boa técnica, não só pela Comunidade Intermunicipal, mas pelo próprio Mais Centro. Todas as pessoas existentes na Comunidade estão contempladas no Mapa de Pessoal e os lugares a serem criados

terão o grau de formação académica exigido para o respectivo sector a criar. Por último, e em relação à questão das vagas colocadas pelo Deputado Casimiro Ramos, estas estão espelhadas pelo Mapa, nomeadamente no Planeamento, na Gestão de Redes, de Projectos, na Formação e Qualificação Profissional, são todos os lugares que estão em branco com formação académica.------

-----**PONTO 3 – APROVAÇÃO DO ORGANIGRAMA DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE**----------

-----O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** colocou o ponto à discussão. Não se registaram intervenções.----------

----- **PONTO 4 – APROVAÇÃO DO REGULAMENTO ORGÂNICO DA COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO OESTE**----------

-----O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** passou a palavra ao Presidente do Conselho Executivo.----------

-----O **Sr. Presidente do Conselho Executivo** referiu que este ponto é o espelho dos pontos anteriores e colocou-se à disposição para esclarecer as dúvidas que surgirem.----------

-----O **Sr. José Augusto de Carvalho** referiu que ao ler o artigo 5º- Dever da Informação pensou estar transcrito o artigo 70º da Lei 169/99 que consubstancia o dever de informação, no sentido de os processo e propostas serem devidamente informadas pelos dirigentes e chefias antes de submetidos a quem tem competência decisória. Esse artigo é relevante até para se saber quem é responsável pelo quê. O artigo 5º do Regulamento Orgânico deveria integrar o referido dever, quando apenas integra o dever do funcionário de se informar das decisões dos Órgãos da Comunidade Intermunicipal e não de prestar informação. Este dever é também importante, mas não menos importante é o dever do funcionário, particularmente de nível de dirigente e de chefia, de prestar adequada informação de modo a que as decisões quando individuais e as deliberações quando colegiais sejam assumidas na plenitude do quadro legal. Assim, este artigo 5º deveria ter esta vertente, até porque estabilizados estes instrumentos organizativos da Comunidade Intermunicipal, as propostas do Órgão Executivo virão acompanhadas das necessárias informações e pareceres dos dirigentes e técnicos, como acontece no Órgão Deliberativo do seu Município. Era bom que se recordasse esta cultura Municipal e que se transpusesse para esta sede Intermunicipal.--

-----**O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** concedeu cinco minutos de interrupção dos trabalhos a pedido da bancada do PS.----------

-----O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** colocou os documentos à votação.

-----O Ponto 2 – Aprovação do Mapa de Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Oeste foi aprovado por maioria com uma abstenção.----------

-----O **Sr. Diogo José Brochado de Abreu** fez uma intervenção quanto à sua declaração de voto, a qual se transcreve: *" Compreendendo a necessidade de transferir o pessoal que prestava serviço na AMO, para a CIM Oeste, e como do meu voto decorre responsabilidade pelos efeitos dele decorrentes, nomeadamente eventuais aumentos de despesa, declaro que me abstenho na votação do ponto 2 da Ordem de Trabalhos "Aprovação do Mapa de Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Oeste (Grelha C)" por não me encontrar suficientemente esclarecido sobre o projecto ou plano que reporta a proposta de alargamento do Mapa de Pessoal".*----------

-----O Ponto 3 – Aprovação do Organigrama da Comunidade Intermunicipal do Oeste foi aprovado por unanimidade.----------

-----O Ponto 4 – Aprovação do Regulamento Orgânico da Comunidade Intermunicipal do Oeste foi aprovado por unanimidade.----------

-----O **Sr. Cândido Patuleia Mendes**, interveio dizendo que não acha correcto serem feitas intervenções durante a votação e que uma abstenção não é voto de vencido.----------

-----**PONTO 5 – DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA "CRIAÇÃO DO CONSELHO INTERMUNICIPAL DE JUVENTUDE DO OESTE"** ----------

-----A **Sra. Lúcia Poseiro** falou em nome da bancada do PSD, que entende que, tendo a Associação Nacional de Municípios Portugueses pedido um parecer sobre a criação dos Conselhos Municipais de Juventude e tendo esse parecer sido enviado para o Tribunal Constitucional, do qual não foi ainda emitido qualquer documento, solicitam à Mesa que o ponto seja retirado da Ordem de Trabalhos.----------

-----O **Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** informou que há uma sugestão para a retirada do ponto da Ordem de Trabalhos. ----------

-----O **Sr. Tiago Gonçalves** classificou de incorrecta a atitude do grupo do PSD por se ter pronunciado no ponto da Ordem, à Mesa, acerca deste assunto, sem esperar que os subscritores fizessem a intervenção para o apresentar. Passamos muito tempo a queixarmo-nos da falta de participação dos jovens na vida pública e na actividade política e depois não somos muito consequentes com esse facto e, portanto, a nossa proposta que foi distribuída previamente e que é clara, era um passo para esse objectivo, não era um passo como este que iria resolver todo o problema que estamos a debater, em volta desta temática da abstenção e da falta de participação dos jovens, mas entendíamos que poderia contribuir de alguma forma. Por isso a nossa postura, dos Deputados da JS, quando viemos para esta sessão era colocar à consideração dos restantes grupos a subscrição da proposta, a realização de alterações para a melhorar. Era essa a nossa intenção e por isso gostaríamos de ouvir o pronúncio de todos os grupos.----------

-----O **Sr. Raul Duarte** dirigiu-se ao Deputado Tiago Gonçalves lamentando que tenha chamado de "incorrecta" a uma pessoa, quanto mais uma senhora. Não se mostrou disponível para a discussão da proposta, neste momento seria cercear o direito ao futuro, ao aprovar ou discutir a sua proposta, estamos na última Assembleia Intermunicipal. Não podemos retirar direitos aos que vêm e, por outro lado, também me cinjo pelas leis da República, obedeço à Lei Fundamental que é a Constituição. Carecendo de uma opinião abalizada do respectivo Tribunal Constitucional e do Sr. Provedor de Justiça e de outras entidades, quem sou eu para discutir da bondade ou não da proposta. Por fim, cumprimentou o Deputado Tiago Gonçalves dizendo que tem o valor da proposta apresentada pela juventude, nos outros argumentos gostaria que reflectisse e que compreendesse que não é momento adequado à apresentação da proposta.----------

-----O **Sr. Carlos Areal** referiu que estariam, provavelmente na última Assembleia para muitos Deputados, por razões normais da democracia estão marcadas novas eleições autárquicas, nas quais alguns não se recandidatarão, muitos não serão eleitos e emanando esta Assembleia Intermunicipal directamente das Assembleias Municipais, será renovada. As questões ligadas à dinamização das questões juvenis merece preocupação, apoio, estímulo e avanço, mas entende que esta reunião da Assembleia não é o momento correcto para apresentação da proposta. Afirmou existirem também dúvidas quanto às questões legais, mas independentemente disso, o timming é que não é o correcto. Pediu aos autores da proposta, que eventualmente, a retirassem, tendo em conta que a questão do empenhamento e, como esse se deve fazer, e a mobilização e dinamização juvenil em torno da vida política e autárquica é um objectivo bem digno, que não poderia nesta altura ser utilizado, a tão pouco tempo das campanhas eleitorais. Nesta fase pareceria que estaríamos mais a pensar nas consequências dos próximos dias de Setembro do que na prossecução de um objectivo de fortalecimento do movimento juvenil.----------

-----O **Sr. Casimiro Ramos** começou por referir que, não se assumindo como advogado de defesa do Deputado Tiago Gonçalves, o procedimento de retirar o ponto, não foi o correcto pois quem pode retirar o ponto é o proponente. Encarou a proposta, no momento e nos termos em que foi apresentada pelo proponente, como algo para fazer coisas e propostas pelos jovens. O proponente teve abertura de propor que a proposta fosse subscrita por todos os grupos parlamentares, o que significa retirar o seu nome e do segundo subscritor, para que fosse retirado qualquer vínculo partidário e qualquer, eventual, aproveitamento político. Afirmou ser esta a vontade dos proponentes, fazer algo e o momento é quando se tem a ideia. Revelou ter autoridade, no momento, para discutir a ideia ou para saber a opinião sobre a ideia, porque na última sessão também não ficou preocupado com questões constitucionais quanto à proposta da criação do distrito, quis saber

e discutiu a ideia e gostava, agora, de saber se os outros grupos parlamentares estão dispostos a subscrever a ideia. Não entende como não se aprovam ideias de fazer coisas, se eventualmente um Conselho Intermunicipal fosse inconstitucional esta Assembleia teria poderes para criar comissões ao abrigo do artigo 23º. Assim, voltou a pedir a todos os grupos parlamentares que se pronunciassem, se estão de acordo ou não, em que exista uma organização emanada desta Assembleia que tenha como preocupação os fins que constam desta proposta baseados em iniciativas produzidas por jovens e com a participação dos jovens.----------

-----O **Sr. Cândido Patuleia Mendes** referiu que há quinze dias atrás a Assembleia tomou uma deliberação relativamente à proposta de outro jovem, relativamente à inoportunidade da apresentação da proposta nesta altura, porque esta Assembleia tem uma virtude e um defeito, a virtude é que é nova e o defeito é que será extinguida. A apresentação do Deputado Marco Claudino e hoje a da Juventude Socialista são pensamentos de futuro, mas de facto, não foi a altura mais oportuna, porque são assuntos muito sérios que deveriam ser discutidos com mais calma e serenidade. Revelou todo o seu apoio aos jovens que são o futuro da Região.----------

-----O **Sr. Nuno Inácio** agradeceu, em especial, a última intervenção da bancada do PSD por haver alguma abertura para debater e talvez levar este projecto a debate noutro dia. Poderá ser oportuno não retirar o ponto mas pedir a suspensão da votação para vir a ser votado numa próxima Assembleia, já com a confirmação do Tribunal Constitucional de que a lei não está aferida de qualquer inconstitucionalidade, tal como foi o pensamento do Sr. Presidente da República quando entendeu que não havia motivos para isso e a rectificou quando ela chegou ao Palácio de Belém. Assim sendo, como primeiro subscritor, solicitou ao Sr. Presidente da Mesa da Assembleia que não colocasse à votação, tendo a promessa de que apresentarão de novo a proposta. Referiu, também que é pena que não se faça hoje história nesta sala porque tínhamos a oportunidade de ser a primeira CIM a ter uma comissão deste género e também perdemos a oportunidade de nos aproximarmos da população mais jovem, que infelizmente não se dedica à política como seria desejado e é com este tipo de atitudes que os podemos trazer, ou não, para a participação.----------

-----O **Sr. Tiago Gonçalves** referiu que o entendimento dos subscritores é da não colocação da proposta à votação. Segundo o Deputado, o parecer da Associação Nacional de Municípios tem tanta credibilidade com têm outras dezenas de pareceres de outras instituições públicas. Com certeza que os nossos Deputados, quando na sua actividade legislativa produziram a lei também estavam suportados em pareceres. Não acredita que na Assembleia da República não se consultem os Juristas e os Serviços Técnicos que existem. Em relação à legitimidade, por causa do fim do mandato, trata-se de uma incoerência de alguns membros desta Assembleia, porque o Mapa de

Pessoal, ainda agora aprovado, foi votado hoje e não tem importância nenhuma. Dirigiu-se, depois, ao Deputado Raul Duarte, mencionando que algumas das suas intervenções são difíceis de escutar e que o Mapa de Pessoal foi votado hoje apesar de todos sabermos que os funcionários continuam a receber os seus vencimentos, portanto também poderiam ter aguardado mais um tempo, para que uma Assembleia, de novo legitimada pelo voto popular pudesse tomar essa deliberação. Em relação ao eleitoralismo, lamenta ter sido, para alguns, mais importante do que o objectivo da proposta.-----

-----O **Sr. Raul Duarte** mostrou-se indisponível para dar explicações ao Deputado Tiago Gonçalves e afirmou não ser suficientemente jovem para compreender a sua juventude quando passa as marcas.----------

-----O **Sr. Carlos Areal** referiu que as últimas análises ao assunto não foram correctas e têm que ser corrigidas. Votou o Mapa de Pessoal da Comunidade Intermunicipal do Oeste, porque esse pessoal, as suas funções, mesmo que seja criado outro executivo, com outra composição, decorrente das eleições, já terá um funcionamento a decorrer. As eleições que vamos ter podem ditar outra composição outra forma de ver a este Órgão, que naturalmente fará as novas propostas que entender convenientes. Estamos a dar uma questão de carácter de continuidade ao trabalho, que nada tem a ver com questões novas, que não estão discutidas. Rematou, propondo que façam de novo a proposta assim que a Assembleia estiver renovada.----------

-----O **Sr. Nuno Martins** relembrou que na última Assembleia o Deputado Tiago Gonçalves havia dito que a proposta do Oeste a distrito não lhe garantia a constitucionalidade, enquanto que hoje afirmou que quanto à constitucionalidade, o importante é debatê-la. Na sua opinião, uma proposta ou é votada ou retirada, a suspensão não existe, é um erro de forma, pelo que apelou a um esclarecimento, no sentido de se votar ou retirar a proposta.----------

-----O **Sr. Tiago Gonçalves** manifestou a sua vontade de retirar a proposta da reunião mas reafirmou que o assunto não morrerá. Em relação à discussão sobre os pareceres, afirmou que os contextos e a discussão das duas propostas são diferentes, e que em relação à proposta do Oeste a Distrito, foi quase unânime o reconhecimento da sua inconstitucionalidade. Na questão da Lei 8 de 2009, o Presidente da República não teve dúvidas e não vetou a lei, e podia tê-lo feito, ele também tem serviços de apoio e muitos assessores jurídicos e alguns até bastante conhecidos e reputados. Rematou dizendo que são estas as discussões que temos.----------

-----O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** encerrou o ponto retirando a proposta.----------

-----**PONTO 6 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE REGIONAL** ----------

-----O **Sr. César Santos** elogiou e deu uma nota positiva os Srs. Presidentes de Câmara que vieram

dignificar, ouvir e dar o seu conteúdo à Assembleia. Trabalharam em conjunto, no que todos esperam que venha a ser o espírito oestino. Deu nota negativa aos Srs. Presidentes de Câmara que não se fizeram representar e que não mandaram explicação ou justificação. Não entram no espírito oestino e conseguem tirar a dignidade que é fundamental para criar um espírito de intermunicipalidade, criar uma efectiva região, seja ela administrativa ou não.----------

-----Foi proposta uma moção de desagrado a enviar a todos as Câmaras Municipais que não têm participado e de agrado aos que têm estado nas Assembleias.----------

-----O **Sr. Nuno Inácio** dirigiu-se ao Presidente do Conselho Executivo no sentido de saber como estão a correr as negociações das compensações da Ota, porque parece que não estão a correr como seria desejável.----------

-----O **Sr. Alberto Avelino** mostrou desagrado na moção de repúdio sobre a não presença dos Srs. Presidentes de Câmara. Sugeriu ao Presidente da Mesa da Assembleia que faça, apenas, uma recomendação, sugestão, aos Srs. Presidentes de Câmara, que para engrandecimento desta futura Região, sempre que possível estejam presentes ou se façam representar. Ir além disto é demasiado contundente e não merecido, porque alguns não vêm porque não podem e estão a trabalhar na Autarquia.----------

-----O **Sr. Presidente do Conselho Executivo** solicitou ao Presidente de Câmara de Torres Vedras que fizesse o ponto de situação relativamente às compensações da Ota e da fase em que estão, até, porque como já referiu, são um Executivo de 12. Referiu, no entanto, que serão constituídos pelouros no próximo mandato mas que têm Comissões de Acompanhamento, umas alargadas que são com os Técnicos, que já foram a todas as Câmaras, 16 Municípios, depois há uma Comissão mais restrita que é composta pelo Sr. Presidente do Conselho Executivo, pelo colega Carlos Miguel, da Câmara Municipal de Torres Vedras, pelo colega Joaquim Ramos, da Câmara Municipal da Azambuja, dois Secretários de Estado, do Desenvolvimento e Ordenamento do Território e sob a Presidência do Sr. Ministro das Obras Públicas. Reúnem-se de dois em dois meses, tendo sido a última, realizada há cerca de um mês, onde fazem um balanço e tentam resolver as dificuldades. Referiu, continuar a acreditar neste Programa de Acção da Ota, que tem as suas dificuldades normais e terminará em 2017 e, que segundo a sua convicção, será integralmente cumprido. Os atrasos registados são decorrentes da elaboração de estudos, de algumas situações, sendo que algumas das dificuldades já foram inventariadas e vão ser brevemente corrigidas----------

-----O **Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras** referiu que as reuniões com o Ministro das Obras Públicas têm sido eficazes e se há atrasos, são pontuais e naquilo que não é estruturante. Aquilo que é estruturante para a Região, nomeadamente, vias de comunicação, são

coisas demoradas, por isso têm um trabalho de persistência, ninguém pode exigir ou reclamar que um novo traçado para a Linha do Oeste se faça em seis meses, e por isso o nosso trabalho passa por criar mecanismos, no sentido de estarmos informados daquilo que a Refer ou Estradas de Portugal façam mensalmente. Na última reunião foi criado um mecanismo para que os Municípios tenham informação mensal directa de tudo quanto são projectos nacionais de forma a que possam controlar. Os projectos sectoriais e que têm a ver mais com os Municípios têm tido problemas pontuais quase todos superados nas reuniões com o Sr. Ministro. Há coisas que poderiam andar mais depressa, mas tem sido processos muito complicados, como por exemplo a transferência de património do IVV para os Municípios. Tirando este exemplo poucos são os que estão atrasados. Segundo o Sr. Presidente, tudo o que tem a ver com o Ministério da Agricultura anda muito devagar, tal como as respostas do Ministério da Saúde, o Ministério da Justiça anda muito depressa, com as Lojas do Cidadão, são eles que puxam pelos Municípios. Outros Ministérios andam em passo normal. Esta é uma experiência única no país e espera que independentemente da força partidária que vença as eleições e após estas, que em conjunto saibam impor uma dinâmica, melhor ou idêntica a esta, que é um princípio de um Contrato-Programa para uma Região, que nunca se viveu em lado nenhum, e é fundamental para que a regionalização possa dar certo no futuro. Mencionou estar disponível para qualquer esclarecimento de algum projecto em concreto----------

-----O **Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal** colocou à votação a aprovação da Minuta da Acta.----------

-----Colocada à votação a mesma foi aprovada por unanimidade. ----------

-----**ENCERRAMENTO**----------

-----O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal declarou encerrada a reunião, pelas vinte e três horas e trinta minutos do dia dezasseis de Julho, de que, para constar se lavrou a presente Acta.----------

A MESA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL

_____

_____

_____